

CUIABÁ, 12 DE FEVEREIRO DE 2020

1. NOVIDADES DA LEI 13.964/19 (LEI ANTICRIME)

Ministro Luiz Fux suspende novas regras para o arquivamento do Inquérito Policial e outros pontos do Pacote Anticrime por tempo indeterminado

O ministro Luiz Fux, vice-presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), suspendeu por tempo indeterminado a eficácia das regras do Pacote Anticrime (Lei 13.964/2019), dentre as quais se destacam: - Novas regras para o arquivamento do inquérito policial (28, caput, Código de Processo Penal); - A ilegalidade da prisão pela não realização da audiência de custódia no prazo de 24 horas (Artigo 310, §4º, do Código de Processo Penal); - Da alteração do juiz sentenciante que conheceu de prova declarada inadmissível (157, §5º, do Código de Processo Penal); e - Da implantação do juiz das garantias e seus consectários (Artigos 3º-A, 3º-B, 3º-C, 3º-D, 3º-E, 3º-F, do Código de Processo Penal). Leia a notícia completa clicando [aqui](#).

Novo artigo 28-A, do CPP, fundamenta acordos em várias regiões do país

Em vigor desde a semana passada, dispositivo da Lei 13.964/19 (conhecida como lei "anticrime") que prevê a possibilidade de transação penal está ajudando a ampliar a aplicação de acordo de não persecução penal em diversas localidades. Leia a notícia completa clicando [aqui](#).
Clique [aqui](#) para ler o acordo firmado com o MPMGO.

Sessão Aberta: podcast analisa os impactos do Pacote Anticrime

Conhecida como Pacote Anticrime, a Lei 13.964/2019 é o tema da nova edição do **Sessão Aberta - o podcast do MPF em São Paulo**. O programa traz a análise da subprocuradora-geral da República Luiza Cristina Fonseca Frischeisen sobre algumas das principais mudanças que o pacote promoveu na legislação penal brasileira. Leia a notícia completa clicando [aqui](#).

CNPG aprova enunciados produzidos pelo GNCCRIM para orientar a atuação dos membros do MP

O Conselho Nacional de Procuradores-Gerais do Ministério Público dos Estados e da União (CNPG) aprovou os enunciados produzidos pelo Grupo Nacional de Coordenadores de Centro de Apoio Criminal (GNCCRIM) que visam orientar os membros do Ministério Público brasileiro na interpretação da Lei Anticrime (Lei nº 13.964/2019). Leia a notícia completa clicando [aqui](#).
[Os enunciados podem ser vistos aqui](#).

CNPG discute atuação institucional em razão do pacote anticrime

O procurador-geral de Justiça, José Antônio Borges Pereira, participou nesta quinta-feira (16/01), de reunião extraordinária promovida pelo Conselho Nacional de Procuradores-Gerais do Ministério Público dos Estados e da União (CNPG). O encontro aconteceu no escritório de representação dos Ministérios Públicos de Santa Catarina (MPSC), do Rio Grande do Sul (MPRS) e do Paraná (MPPR) em Brasília/DF. Leia a notícia completa clicando [aqui](#).

MPPI: PGJ assina recomendação sobre a formalização de acordos de não persecução penal

A procuradora-geral de Justiça do Piauí, Carmelina Moura, assinou nessa quinta-feira (23), recomendação com orientações para os membros do Ministério Público do Piauí sobre a formalização de acordos de não persecução penal em processos da área criminal. A recomendação lista vários requisitos, tanto objetivos

como subjetivos, que devem ser observados para a celebração do acordo. Entre os elementos a serem avaliados estão o fato do crime cometido não ter envolvido violência ou grave ameaça; a pena mínima a que o réu foi condenado deve ser inferior a quatro anos; o preso deve ter confessado formalmente o crime; o acusado não pode ser reincidente, e outros aspectos. Acesse a notícia completa clicando [aqui](#).

[A Recomendação da PGJPI nº 01.2020 pode ser vista aqui.](#)

MPSP e MPMS se manifestam sobre as alterações promovidas pelo Pacote Anticrime

O Procurador-geral de Justiça do MPSP, Gianpaolo Smanio, e a corregedora-geral Tereza Exner, aprovaram o conjunto de enunciados e a minuta do ato normativo sobre homologação de arquivamentos elaborados pelo grupo de trabalho instaurado por ambos a fim de estudar a melhor forma de aplicar as alterações legislativas introduzidas pelo pacote anticrime. Leia a notícia completa clicando [aqui](#).

MPSP: [Os enunciados podem ser vistos aqui.](#)

MPMS: [Recomendação n.º 2/2020-PGJ do MPMS.](#)

MPTO publica recomendação conjunta com orientações para a formalização de acordo de não persecução penal

Foi publicado no Diário Oficial Eletrônico (DOE), na última sexta-feira, 30 de janeiro, a Recomendação Conjunta nº 01/2020 aos membros do Ministério Público do Estado do Tocantins (MPTO), que dispõe sobre orientações para a formalização do acordo de não persecução penal. Leia a notícia completa clicando [aqui](#).

[Recomendação Conjunta nº 01/2020/PGJ/CGMP/CAOPAC](#)

Criminalistas questionam norma do pacote anticrime sobre perda de bens

A Associação Brasileira dos Advogados Criminalistas (Abracrim) ajuizou ação no Supremo Tribunal Federal (STF) para questionar a constitucionalidade de dispositivo do Pacote Anticrime (Lei 13.964/2019), aprovado pelo Congresso Nacional em dezembro, que prevê a perda de bens como um dos efeitos da condenação criminal. Na Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 6304, a associação afirma que a regra cria uma pena de “confisco de bens”, em violação ao princípio da individualização da pena e da função social da propriedade. Leia a notícia completa clicando [aqui](#).

Associação Nacional dos Membros do Ministério Público ajuíza ação contra juiz de garantias

A Associação Nacional dos Membros do Ministério Público (Conamp) ajuizou nesta segunda-feira (20) Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI 6305) no Supremo Tribunal Federal (STF) contra dispositivos do Pacote Anticrime (Lei 13.964/2019), que alterou o sistema penal brasileiro para introduzir o juiz das garantias. Segundo a entidade, a norma inviabiliza a atuação funcional plena e fere a autonomia dos membros do Ministério Público, além de contrariar o sistema acusatório e os princípios da isonomia, da razoabilidade e da proporcionalidade. Leia a notícia completa clicando [aqui](#).

2. KIT DE ATUAÇÃO – ACORDO DE NÃO PERSECUÇÃO PENAL

Informamos que encontram-se disponibilizados no nosso Banco de Peças diversos modelos e manuais de atuação referente ao Acordo de Não Persecução Penal, conforme demonstrativo abaixo.

1. Manual. ANPP. Lei Anticrime
2. Petição de homologação - Acordo de Não Persecução Penal - Juízo Criminal
3. Modelo Termo de Acordo de Não Persecução Penal - art. 28-A
4. Petição de homologação e início da execução - Acordo de Não Persecução Penal - Juízo Vara única
5. Petição início da execução - Acordo de Não Persecução Penal
6. Modelo Proposta de ANPP - Dr. Luiz Eduardo
7. Questões práticas do novo acordo de não persecução penal - Dr. Arivaldo
8. FLUXOGRAMA - Acordo de não-persecução penal
9. Manual – ANPP
10. Modelos - ANPP, NOTIFICAÇÃO, EDITAL DE CITAÇÃO, PEDIDO – HOMOLOGAÇÃO
11. TABELA DE CRIMES – ANPP
12. MODELO - ANPP - Dr. Adriano Augusto MPE-2020
13. Modelo ANPP (elaborado pelo MPSP)

Acesse o **Banco de Peças** clicando [aqui](#).

3. JURISPRUDÊNCIAS DO STF E STJ

STJ: Reincidência habitual impede aplicação do princípio da insignificância em caso de furto

Destacando que a aplicação do princípio da insignificância não é irrestrita, o presidente do Superior Tribunal de Justiça (STJ), ministro João Otávio de Noronha, negou o pedido de absolvição apresentado pela defesa de um servente condenado pelo furto de um rádio. Leia a notícia completa clicando [aqui](#).

STJ: Indeferido habeas corpus a investigado que pretendia viajar com as filhas para o exterior

O presidente do Superior Tribunal de Justiça (STJ), ministro João Otávio de Noronha, indeferiu o pedido de habeas corpus de um advogado que pretendia afastar a medida cautelar de retenção do passaporte para poder viajar com as filhas menores de idade para Orlando, nos Estados Unidos. Leia a notícia completa clicando [aqui](#).

Suposto integrante de facção denunciado por tráfico de drogas tem pedido de soltura negado pelo STJ

O presidente do Superior Tribunal de Justiça (STJ), ministro João Otávio de Noronha, negou o pedido liminar em habeas corpus que buscava a soltura de um acusado de tráfico de drogas que teria envolvimento com uma facção criminosa no Rio de Janeiro. Leia a notícia completa clicando [aqui](#).

STJ: Ministério da Justiça deverá prestar informações sobre expulsão de filipina condenada por tráfico

Uma mulher filipina condenada por tráfico de drogas teve negado no Superior Tribunal de Justiça (STJ) seu pedido de liminar para suspender a portaria do Ministério da Justiça que determinou sua expulsão do território brasileiro. Todavia, diante de dúvidas a respeito do cumprimento da pena, o presidente do tribunal,

ministro João Otávio de Noronha, solicitou ao ministro da Justiça informações sobre a iminência da efetivação da expulsão. Leia a notícia completa clicando [aqui](#).

STJ rejeita recurso de líder de seita acusada de estelionato, falsidade ideológica e lavagem de dinheiro

O presidente do Superior Tribunal de Justiça (STJ), ministro João Otávio de Noronha, não conheceu do recurso ordinário apresentado por uma psicanalista acusada de liderar uma seita religiosa usada para a prática de crimes de estelionato, falsidade ideológica e lavagem de dinheiro. O recurso foi interposto contra decisão da Quinta Turma que rejeitou um pedido de trancamento da ação penal que apura os fatos. Leia a notícia completa clicando [aqui](#).

Posse de droga dentro de presídio configura falta grave, diz STJ

A posse de droga dentro do presídio, ainda que para uso próprio, configura falta disciplinar de natureza grave. Com esse entendimento, a 5ª Turma do Superior Tribunal de Justiça manteve decisão que determinou a regressão ao regime fechado a uma mulher flagrada com 0,40 g de cocaína. Leia o acórdão na íntegra clicando [aqui](#).

STJ: Afastada preventiva de acusado de roubar guarda-chuva em 2003

Em decisão liminar, o presidente do Superior Tribunal de Justiça, ministro João Otávio de Noronha afastou a prisão preventiva de um homem acusado de roubar um guarda-chuva em 2003. Com isso, ele poderá responder ao processo em liberdade até o julgamento definitivo do habeas corpus. Leia a notícia completa clicando [aqui](#).

STJ: Declaração falsa de estrangeiro em pedido de residência configura crime

A declaração falsa em processo de transformação de visto, processo de naturalização ou para a obtenção de passaporte para estrangeiro não deixou de ser crime no Brasil com a revogação da Lei 8.615/1980 (antigo Estatuto do Estrangeiro), sendo aplicável aos casos a tipificação prevista no artigo 299 do Código Penal, configurando crime de falsidade ideológica. Leia a notícia completa clicando [aqui](#).

STJ: Noronha afasta prisão antecipada de condenados em segunda instância

O presidente do Superior Tribunal de Justiça, ministro João Otávio de Noronha, concedeu pedidos de liminares em habeas corpus para que dois réus condenados em segunda instância aguardem em liberdade o trânsito em julgado das condenações. Acesse a notícia completa clicando [aqui](#).

STJ: Ministro considera hipótese de situação excepcional e nega prisão domiciliar a mãe de menores

O presidente do Superior Tribunal de Justiça (STJ), ministro João Otávio de Noronha, indeferiu o pedido de liminar para que uma mulher acusada de tráfico de drogas, mãe de filhos menores de 12 anos, pudesse cumprir a prisão preventiva em regime domiciliar. Para o ministro, as circunstâncias do caso podem caracterizar situação excepcional que impediria o benefício da prisão domiciliar, previsto nos artigos 318 e 318-A do Código de Processo Penal (CPP). Acesse a notícia completa clicando [aqui](#).

4. ATUAÇÕES DO MP/MT

PGJ e Corregedoria publicam recomendações conjuntas

A Procuradoria-Geral de Justiça do Estado de Mato Grosso e a Corregedoria-Geral do Ministério Público emitiram duas recomendações conjuntas aos integrantes do Ministério Público Estadual, referentes às leis federais Anticrime (Lei nº 13.964, de 24 de dezembro de 2019) e de Abuso de Autoridade (Lei nº 13.869, de 5 de setembro de 2019). O objetivo é recomendar aos órgãos do MPMT, sem caráter normativo, os enunciados a serem considerados quando da interpretação das referidas leis. Acesse a notícia completa clicando [aqui](#).

[Recomendação Conjunta nº 01/2020-PGJ/CGMP](#)

[Recomendação Conjunta nº 02/2020-PGJ/CGMP](#)

MPMT regulamenta uso de WhatsApp para comunicação de atos processuais

Foi publicado no Diário Oficial do Ministério Público do Estado de Mato Grosso, nesta segunda-feira (20), o Ato Administrativo 879/2020, que dispõe sobre o uso de aplicativos de mensagens instantâneas para comunicação de atos processuais. A medida visa assegurar, no âmbito institucional, a racionalização de custos operacionais e otimização de recursos materiais e humanos. Acesse a notícia completa clicando [aqui](#).

Gaeco denuncia 64 integrantes do Comando Vermelho em Rondonópolis

O Ministério Público do Estado de Mato Grosso, por meio do Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco – Polo de Rondonópolis), denunciou nesta terça-feira (11/02) 64 pessoas acusadas de integrar organização criminosa, denominada “Comando Vermelho”. Ao todo, foram protocoladas 11 denúncias criminais. O trabalho é resultado da operação “Reditus”, desencadeada pela Polícia Civil com apoio do Gaeco em dezembro do ano passado. Acesse a notícia completa clicando [aqui](#).

PM suspeito de atirar contra mulher já foi denunciado por extorsão

O policial militar Weberth Batista Ribeiro, um dos suspeitos de atirar em uma mulher, na noite de sexta-feira (17), no município de Sorriso, já responde a denúncia criminal oferecida pelo Ministério Público do Estado de Mato Grosso, em novembro do ano passado, pela prática de extorsão. Na ocasião, a Promotoria de Justiça representou pela prisão temporária do acusado e depois pela conversão em preventiva. Ele chegou a ser preso, mas posteriormente foi colocado em liberdade. Acesse a notícia completa clicando [aqui](#).

Aproximação e planejamento viabilizam ações de prevenção ao crime

Partindo da premissa de que a integração e a aproximação do Ministério Público junto às instituições policiais servem como balizador de eficácia do controle externo da atividade policial, a 19ª Promotoria de Tutela Coletiva e Segurança Pública de Cuiabá promoveu no ano passado 58 visitas institucionais a batalhões, delegacias e demais órgãos das polícias Civil e Militar, localizados na Capital. A aproximação possibilitou o compartilhamento de informações e planejamento de ações de prevenção à criminalidade. Acesse a notícia completa clicando [aqui](#).

5. ATUAÇÕES DE OUTROS MINISTÉRIOS PÚBLICOS

APMP: CONAMP aponta graves riscos na implementação da medida "Juiz de Garantias"

NOTA PÚBLICA: A ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS MEMBROS DO MINISTÉRIO PÚBLICO – CONAMP, entidade de classe que representa os membros dos Ministérios Públicos dos Estados, Distrito Federal e Territórios e Militar, vem a público se manifestar sobre a Lei nº 13.964, publicada em 24 de dezembro de 2019, que pretende aperfeiçoar a legislação penal e processual penal do país, especialmente em relação à criação do denominado instituto jurídico “juiz de garantias”. Acesse a notícia completa clicando [aqui](#).

MPGO: Juíza acolhe denúncia do MP e impõe 2ª condenação a João Teixeira de Faria por crimes sexuais

A juíza Rosângela Rodrigues dos Santos, da comarca de Abadiânia, julgou procedente denúncia do Ministério Público de Goiás (MP-GO) e condenou João Teixeira de Faria a 40 anos de reclusão em regime fechado por estupro de vulnerável. Os abusos sexuais foram cometidos contra cinco mulheres durante atendimentos espirituais na Casa Dom Inácio de Loyola – ao dosar a pena, a magistrada impôs pena de 8 anos de reclusão por crime. Esta é a terceira condenação do réu – ele já foi condenado a 19 anos e 4 meses de reclusão por violação sexual mediante fraude contra duas mulheres e estupro de vulnerável contra outras duas, além de 4 anos de prisão, em regime aberto, por posse ilegal de armas. As penas, somadas, chegam a 63 anos e 4 meses. Acesse a notícia completa clicando [aqui](#).

MPSP consegue prisão preventiva de homem acusado de atear fogo em morador de rua

A pedido do Ministério Público de São Paulo, a Justiça recebeu a denúncia oferecida contra Flausino Candido Filho e decretou sua prisão preventiva. Ele é acusado pela morte de Carlos Roberto Vieira da Silva, ocorrida no bairro paulistano da Mooca em 5 de janeiro deste ano. Com o recebimento da denúncia, Candido Filho torna-se réu na ação penal. Acesse a notícia completa clicando [aqui](#).

MPRS: PACOTE ANTICRIME: POSIÇÃO DO MP É ACOLHIDA EM DECISÃO DO MINISTRO FUX

No fim da tarde desta quarta-feira, 22 de janeiro, o ministro Luiz Fux deferiu medida cautelar, na condição de relator das ADIs 6.298, 6.299, 6.300 e 6.305 (ajuizada pela CONAMP), acolhendo pretensão do Ministério Público nacional para o fim especial de suspender, sine die, por inconstitucional (I) a implantação do “juiz de garantias”, (II) a liberalização da prisão pela não realização de audiência de custódia no prazo de 24 horas, e (III) a alteração do juiz sentenciante que conheceu da prova ilícita. Acesse a notícia completa clicando [aqui](#).

MPF recorre ao TRF-2 para determinar a ilegalidade de novos decretos sobre concessão de registros de armas

O Ministério Público Federal (MPF) ingressou com recurso de apelação ao Tribunal Regional Federal da 2ª Região (TRF2) para que reforme a sentença da 2ª Vara Federal de Nova Iguaçu (RJ), que extinguiu, sem resolução do mérito, ação civil pública, com pedido de liminar, para que a Polícia Federal suspendesse os processos de análise e concessão de novos Certificados de Registros de Armas de Fogo (Crafs) na Baixada Fluminense, ou não aplicasse as novas regras previstas no Decreto 9.685/2019, na concessão. Acesse a notícia completa clicando [aqui](#).

MPSC: Condenados 23 integrantes de facção criminosa em Brusque

O Ministério Público de Santa Catarina (MPSC) obteve, na Comarca de Brusque, a condenação de 23 integrantes de uma organização criminosa que atua em todo o Estado. Os réus foram investigados pela "Operação Realeza", deflagrada em conjunto pelo Ministério Público, pela Polícia Civil e pela Polícia Militar. Entre os condenados estão uma líder estadual da facção e dez lideranças locais. Acesse a notícia completa clicando [aqui](#).

MPMG: STJ dá provimento a Recurso Especial do MPMG para afastar o princípio da consunção na prática dos crimes dos arts. 90 da Lei 8666/93 e 1o do Decreto-Lei 201/67

STJ dá provimento a Recurso Especial do MPMG para enquadrar como crime ambiental a conduta de matar animal doméstico. Princípio da consunção é o princípio aplicável nos casos em que há uma sucessão de condutas com existência de umnexo de dependência. Acesse a notícia completa clicando [aqui](#).

Tarauacá: MPAC orienta conduta de policiais com nova Lei de Abuso de Autoridade

O Ministério Público do Estado do Acre (MPAC) realizou palestra, na última segunda-feira (20), direcionada a policiais do 7º Batalhão da Polícia Militar do município de Tarauacá, com o objetivo de orientá-los diante da nova Lei de Abuso de Autoridade. Acesse a notícia completa clicando [aqui](#).

MPMS: Tribunal de Justiça acata recurso do MPMS e reforma decisão sobre prisão de traficantes

O Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul deu provimento ao recurso interposto pelo Ministério Público Estadual, a fim de reformar a decisão de primeiro grau que havia concedido liberdade provisória com fiança a duas pessoas, G.R.S e W.K.P.E., presas em flagrante por tráfico de drogas em Nioaque/MS. Acesse a notícia completa clicando [aqui](#).

MPPA: Reunião debate coleta de dados sobre a população carcerária LGBTI

Uma reunião ocorrida nesta segunda-feira (20) entre promotores de justiça do Ministério Público do Estado do Pará (MPPA) e a nova diretoria da Secretaria de Estado de Administração Penitenciária (Seap) debateu melhorias no levantamento de dados sobre a população carcerária LGBTI. Acesse a notícia completa clicando [aqui](#).

MPPI: Procuradoria-Geral de Justiça e Corregedoria-Geral expedem recomendação sobre a Lei de Abuso de Autoridade

A procuradora-geral de Justiça do Piauí, Carmelina Moura, e o corregedor-geral do Ministério Público, Luís Francisco Ribeiro, assinaram nessa quinta-feira (23), uma recomendação conjunta com orientações sobre a interpretação e aplicação da Lei Federal nº 13.869/2019, mais conhecida como Lei de Abuso de Autoridade. O objetivo da recomendação é estabelecer diretrizes e orientações à atuação de promotores e procuradores de Justiça quanto à observância da lei. Acesse a notícia completa clicando [aqui](#).

[A Recomendação Conjunta PGJ/CGMP nº 01.2020 pode ser vista aqui. \(pág. 3 e 4\)](#)

6. TJMT E OUTROS TRIBUNAIS

TJMT fixa indenização a homens presos injustamente por suposta receptação

A Segunda Câmara de Direito Público e Coletivo do Tribunal de Justiça de Mato Grosso acolheu os argumentos de dois homens presos injustamente sob acusação de receptação e adulteração de sinal de identificação de motocicleta e fixou em R\$ 10 mil a indenização por danos morais a ser paga a cada um deles, num total de R\$ 20 mil. Conforme o relator do recurso, juiz convocado Gilberto Lopes Bussiki, considerando que a motocicleta não era produto ilícito e que não houve adulteração na identificação do bem, não havia indícios firmes a justificar a prisão dos apelantes, caracterizando falha na conduta dos agentes públicos do Estado, e, conseqüentemente, o dever de indenizar (Apelação n. 107806/2016). Acesse a notícia completa clicando [aqui](#).

TJMT: Recuperandos vão construir ciclovias e ciclofaixas em Alto Araguaia

Em breve, recuperandos da unidade prisional de Alto Araguaia (415km a sul de Cuiabá) iniciarão a construção de ciclovias e ciclofaixas nas vias públicas da cidade, de forma a estimular o ciclismo, esporte que já conta com mais de 100 adeptos e praticantes frequentes. O início dos trabalhos será possível graças à assinatura de um Termo de Cooperação entre o município e a Fundação Nova Chance, firmado na última sexta-feira (17 de janeiro), com objetivo de promover a reinserção social dos recuperandos, por meio do trabalho remunerado em obras do poder público municipal. Acesse a notícia completa clicando [aqui](#).

TJMT: Judiciário busca soluções junto a Estado e municípios para questão de saúde nas unidades prisionais

Em busca de soluções para a questão da saúde dos aproximadamente 12 mil reeducandos do sistema prisional mato-grossense o Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário do Tribunal de Justiça de Mato Grosso (GMF/TJMT), supervisionado pelo desembargador Orlando Perri, se reuniu na tarde desta terça-feira (14 de janeiro) lado a lado como o governo do Estado e os prefeitos que abrigam em seus territórios unidades prisionais. Acesse a notícia completa clicando [aqui](#).

TJMT: Juiz mantém prisão de índio que foi flagrado em suposto ato sexual com neta de 2 anos

O juiz Alexandre Delicato Pampado, da Vara Criminal da Comarca de Primavera do Leste (321 km ao sul da Capital), manteve a prisão de um indígena que foi flagrado supostamente cometendo crime sexual contra a própria neta, de apenas 2 anos. A prisão em flagrante foi convertida em prisão preventiva e o homem deverá ser transferido da comarca por medida de segurança. Acesse a notícia completa clicando [aqui](#).

TJSP: Mantida condenação de homem acusado de estupro de filha

A 4ª Câmara de Direito Criminal do Tribunal de Justiça de São Paulo manteve decisão que condenou homem acusado de estupro contra a própria filha de 14 anos. A pena foi arbitrada em nove anos de reclusão, no regime inicial fechado. Acesse a notícia completa clicando [aqui](#).

TJRS: Fotos ostentando armas resultam em aumento de pena

A "celebração estética da 'vida bandida'" foi causa do aumento da pena-base de réu pelos crimes de tráfico de drogas, posse ilegal de arma e receptação, conforme entendimento da 1ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul. Acesse a notícia completa clicando [aqui](#).

TJRN, Justiça Federal e SEAP firmam convênio para aproveitamento de mão de obra de reeducandos

O Tribunal de Justiça do RN, por meio do programa Novos Rumos na Execução Penal, a Seção da Justiça Federal no Rio Grande do Norte e a Secretaria Estadual de Administração Penitenciária assinaram na manhã desta terça-feira (28), um Acordo de Cooperação para propiciar condições de trabalho a reeducandos nas dependências da Justiça Federal (Sede e Subseções Judiciárias). O acordo terá vigência de 60 meses, válido até 27 de janeiro de 2025. Acesse a notícia completa clicando [aqui](#).

CNJ: Projeto atua na reversão de possíveis condenações injustas

Antonio Claudio e Atercino são homens que foram presos injustamente por causa de crimes que não cometeram. Talvez ainda estivessem encarcerados não fosse um grupo de advogados que criaram uma organização sem fins lucrativos para reverter condenações injustas de pessoas sentenciadas depois de erros judiciários. Desde 2016, o Innocence Project Brasil já provou a inocência deles e outras três condenações estão sendo discutidas na Justiça atualmente. A iniciativa mereceu o Prêmio Innovare 2019, na categoria “Advocacia”. Acesse a notícia completa clicando [aqui](#).

TJSP: Júri desqualifica para homicídio culposo conduta de réu acusado por racha

Por entender que não houve dolo, o Júri de Santo André (SP) desqualificou de homicídio simples para homicídio culposo a conduta de um homem acusado de matar um feirante durante um racha. Com base no artigo 302 do Código Brasileiro de Trânsito, Glauco Fernandes acabou condenado a dois anos de prisão, em regime aberto. A pena foi substituída por prestação de serviços à comunidade pelo período da condenação. Acesse a notícia completa clicando [aqui](#).

TJ-SP anula lei estadual que previa remição da pena por meio de leitura

Viola a competência privativa da União a lei estadual que cria uma modalidade de remição da pena. Assim entendeu o Órgão Especial do Tribunal de Justiça de São Paulo ao declarar a inconstitucionalidade da Lei Estadual 16.648/2018, que institui nos presídios paulistas a possibilidade de remição da pena de presos que leiam ao menos um livro por mês. Acesse a notícia completa clicando [aqui](#).

7. INFORMATIVO STF

INFORMATIVO 964

DIREITO PENAL

Tema: Lei 8.137/1990, art. 2º, II: não recolhimento de ICMS declarado e tipicidade.

O contribuinte que, de forma contumaz e com dolo de apropriação, deixa de recolher o ICMS cobrado do adquirente da mercadoria ou serviço incide no tipo penal do art. 2º, II, da Lei 8.137/1990 (1).

DIREITO PROCESSUAL PENAL

Tema: HC: cabimento e ato de ministro do STF

O Plenário, em conclusão e por maioria, negou provimento a agravo regimental interposto de decisão denegatória de habeas corpus, impetrado contra ato do ministro Edson Fachin, relator da AC 4.388, que determinou a prisão preventiva do paciente

Tema: Súmula Vinculante 14 e direito à intimidade

A Primeira Turma, por maioria, negou provimento a agravo regimental em reclamação em que discutida suposta afronta à Súmula Vinculante 14 do Supremo Tribunal Federal (STF) (1), em virtude de a defesa do interessado não haver obtido acesso amplo e irrestrito aos elementos de prova já documentados em inquérito policial, instaurado para apurar a prática de crime de lavagem de dinheiro por diversos agentes.

Tema: Inquérito policial: declinação da competência para a Justiça estadual e condução pela Polícia Federal

A Primeira Turma indeferiu habeas corpus em que se buscava, dentre outras providências, o reconhecimento da nulidade de todos os atos judiciais decorrentes de investigações conduzidas pela Polícia Federal relativas a supostas infrações atribuídas ao paciente.

Tema: HC: execução provisória e art. 312 do CPP

A Primeira Turma, por maioria, não conheceu de habeas corpus impetrado contra decisão monocrática de ministro do Superior Tribunal de Justiça; revogou a medida cautelar anteriormente deferida e concedeu a ordem, de ofício, para que o tribunal de origem verifique os requisitos do art. 312 do Código de Processo Penal (CPP)

Tema: HC: execução provisória e tribunal do júri

A Primeira Turma, por maioria, não conheceu de habeas corpus impetrado contra decisão monocrática de ministro do Superior Tribunal de Justiça e revogou a medida cautelar anteriormente deferida.

Tema: HC: execução provisória e art. 319 do CPP

A Primeira Turma, por maioria, não conheceu de habeas corpus impetrado contra decisão monocrática de ministro do Superior Tribunal de Justiça; revogou a medida cautelar anteriormente deferida e concedeu a ordem, de ofício, para que o tribunal de origem verifique os requisitos do art. 319 do Código de Processo Penal (CPP)

Tema: HC: execução provisória e prisão preventiva

A Primeira Turma, por maioria, não conheceu de habeas corpus impetrado contra decisão monocrática de ministro do Superior Tribunal de Justiça e revogou a medida cautelar anteriormente deferida.

Tema: Transação penal e perda de objeto de habeas corpus

A realização de acordo de transação penal não enseja a perda de objeto de habeas corpus anteriormente impetrado.

Acesse o informativo completo clicando [aqui](#).

8. INFORMATIVO STJ

INFORMATIVO 662

DIREITO PENAL

Tema: Art. 97 do Código Penal. Inimputabilidade do réu. Crime punido com pena de reclusão. Sentença absolutória imprópria. Medida de segurança. Internação em manicômio judiciário. Substituição por tratamento ambulatorial. Possibilidade.

Na aplicação do art. 97 do Código Penal não deve ser considerada a natureza da pena privativa de liberdade aplicável, mas sim a periculosidade do agente, cabendo ao julgador a faculdade de optar pelo tratamento que melhor se adapte ao inimputável.

Tema: Posse de drogas para consumo pessoal. Art. 28, § 4º, da Lei n. 11.343/2006. Reincidência específica. Revisão do entendimento da Sexta Turma.

A reincidência de que trata o § 4º do art. 28 da Lei n. 11.343/2006 é a específica.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

Tema: Execução penal. Reincidência. Ausência de reconhecimento pelo juízo sentenciante. Proclamação pelo juízo da execução. Possibilidade. *Reformatio in pejus*. Inexistência.

O Juízo da Execução pode promover a retificação do atestado de pena para constar a reincidência, com todos os consectários daí decorrentes, ainda que não esteja reconhecida expressamente na sentença penal condenatória transitada em julgado.

Acesse o informativo completo clicando [aqui](#).

9. ARTIGOS

O que muda nos requisitos para a concessão do livramento condicional após a Lei 13.964/19

Continuando nossa série de artigos sobre a Lei 13.964/19 (pacote anticrime), neste artigo iremos abordar o artigo 83 do CPP, que trata da livramento condicional. O instituto do livramento condicional, previsto no artigo 83 do CP, também sofreu pequenas modificações, notadamente, nos pressupostos subjetivos para concessão. Acesse o artigo completo clicando [aqui](#).

Autor: Jairo Lima

O sistema acusatório nas investigações de fatos relacionados ao uso da força letal pelas forças de segurança na lei anticrime – Primeiras impressões

A denominada “lei anticrime”¹ inovou o ordenamento jurídico ao introduzir o “sistema acusatório”² em inquéritos policiais, inquéritos policiais militares e demais procedimentos extrajudiciais, cujo objeto seja a investigação de fatos relacionados ao uso da força letal³ praticados por agentes das forças de segurança com previsão constitucional⁴. Acesse o artigo completo clicando [aqui](#).

Autor: Eliezer Pereira Martins

Boletim Informativo CAOCRIM – Equipe Técnica:

Dra. Josane Fátima de Carvalho Guariente – Coordenadora do Centro de Apoio Operacional Criminal e da Execução Penal

Natacha de Souza Ayesh – Auxiliar Ministerial – Centro de Apoio Operacional Criminal e da Execução Penal

Ernani Araujo Preuss – Oficial de Gabitene – Centro de Apoio Operacional Criminal e da Execução Penal